O DIREITO À EDUCAÇÃO INTEGRAL E A EDUCAÇÃO INDÍGENA: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA IZABEL DA SILVA MAXAKALI

Andréia Silva Abbiati[1]

Lilian Santos de Morais[2]

O direito à educação, previsto na Constituição de 1988, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, premissas estas que, segundo Ganzeli (2017), correspondem a uma concepção de educação que busca atender o ser humano em todas as suas dimensões, ou seja, a uma educação integral.

A Lei Maior prevê, ainda, o direito a uma educação escolar diferenciada para os povos indígenas, direito este reafirmado, no ano de 2015, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) por meio do documento "Transformando oNosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", no qual se previu "assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" (ONU, 2015, p. 19), inclusive para os povos indígenas.

Nesta perspectiva, o desafio da educação escolar indígena, a qual deve atender a todos os alunos das diferentes etapas da educação básica, é o de oferecer um ensino diferenciado ede qualidade nas instituições escolares, "no sentido de atender às especificidades de um povo diferente da sociedade nacional, considerando que seus horizontes de futuro não são os mesmos que os nossos" (LADEIRA, 2004, p.141).

Diante da previsão legal, esteestudo, resultado de uma pesquisa de iniciaçãocientífica fomentada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e

[1] Doutora em Educação. Docente da área de Educação/Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Campus São João da Boa Vista. E-mail: andreia.abbiati@ifsp.edu.br.

[2] Licencianda em Ciências Naturais: habilitação em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Campus São João da Boa Vista. E-mail: lilian.morais@aluno.ifsp.edu.br.

Tecnologia de São Paulo (IFSP), tem como objetivo identificar se a concepção de educação integral, prevista na Constituição Federal de 1988,prevalece na Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali (EEIISM), localizada no estado de Minas Gerais.

A ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA IZABEL DA SILVA MAXAKALI E SUA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O povo Maxakali está distribuído em quatro munícipios diferentes de Minas Gerais: Bertópolis (Pradinho), Santa Helena de Minas (Água Boa), Ladainha (Aldeia Verde) e Teófilo Otoni (Aldeia Cachoeirinha). A EEIISM localiza-se em duas Reservas: Reserva Indígena Maxakali Aldeia Verde, no município de Ladainha,e a Reserva Indígena Maxakali Aldeia Cachoeirinha, no município de Teófilo Otoni.

Para a investigação da concepçãode educação integral que prevalecena referida unidade escolar, procedeu-se à análise do conteúdo (BARDIN, 2016) das matrizes curricularesda educação infantil e do ensino fundamental, as quais encontram-se disponíveis no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em tela.

Segundo Galian (2016) a definição daquilo que será ensinado na escola relaciona-se, diretamente, ao tipo de cidadão que se pretende formar. Nesta perspectiva, compreende-se o currículo como um processo que envolve muitas dimensões, não somente aquelas previstas na matriz curricular, documento que estabelece as disciplinas e suas respectivas cargas horárias.

De acordo com o PPP (MINAS GERAIS, 2018, p. 18, grifo nosso), "as matrizes curriculares estão assim organizadas porquê [...] assim épossível uma educação para o bem viver em nossas comunidades com a construção da**cidadania indígena plena**". Desse modo, a análise destes documentos pode revelar nuances e tendências acerca da concepção de cidadão que orienta as práticas educacionais da unidade escolar, aproximando-se ou não, da perspectiva de educação integral, prevista constitucionalmente

Importa observar que, embora as matrizes curriculares previstas no PPP sejam os documentos orientadores dos processos formais de ensino e aprendizagem, nas comunidades indígenas a educação ocorre em diferentes tempos e espaços, conforme advertem Zóia e Peripolli (2010, p. 14):

> O processo educativo acontece comunitariamente nas atividades que são realizadas nas aldeias. [...] Nesse processo, entende-se que a escola não é o único espaço de transmissão dos conhecimentos, de aprendizagem. A comunidade possui uma sabedoria, a qual precisa ser socializada com as crianças e os adultos são responsáveis pela formação da identidade coletiva.

Organizada para o atendimento das crianças de 4 e de 5 anos, respectivamente no 2º e no 3º período, a matriz da educação infantil organiza-se por eixos de trabalho, quais sejam: identidade e autonomia; movimento, equilíbrio e coordenação; apreciação musical; artes visuais; linguagem oral e escrita; natureza e sociedade; matemática e recreio. Importa destacar que, no 2º período, o eixo com o maior número de aulas semanais é o de apreciação musical, com 4 aulas. Já no 3º período, a ênfase recai sobre linguagem oral e escrita, também com 4 aulas semanais.

De acordo com o PPP da escola, justifica-se a oferta da educação infantil na EEIISM pela necessidade de "organizaçãode espaços e tempos que garantam o fortalecimento das referências culturais e a valorização dos saberes Maxakali", embora tais saberes não tenham sido explicitados nos eixos de trabalho constantes da matriz curricular analisada.

No que diz respeito às matrizes do ensino fundamental, anos iniciais e finais,estas se organizam em áreas do conhecimento, as quais se subdividem em componentes curriculares, conforme explicitado no Quadro 1:

Quadro 1: Áreas do conhecimento e componentes curriculares do ensino fundamental

Áreas do Conhecimento	**Componente Curricular**	
	Anos Iniciais	**Anos Finais**
Língua Arte e Literatura Maxakali	Língua	Língua Maxakali
	Jogos Indígenas	Arte Maxakali
	Arte Maxakali	Jogos
Matemática	Etnomatemática	Matemática Maxakali

		Educação Monetária
Ciências da Vida e da Natureza	Conhecimento Maxakali sobre Natureza	Conhecimento Maxakali sobre Natureza
	Ciências da Vida	Uso do Território
Ciências Humanas e Sociais	História Maxakali	História Maxakali no Contexto Brasileiro
	Geografia do Território Maxakali	Geografia do Território Maxakali
	Rituais Indígenas	Rituais Maxakali
	Cultura Indígena	
	Uso do território	
Língua Estrangeira	---	Língua Portuguesa
Parte Diversificada	---	Relações Interculturais

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no PPP analisado (2021)

O PPP sinaliza a necessidade de "fortalecimento e preservação da língua e da cultura Maxakali, como fio condutor de todas as disciplinas ministradas e a reafirmação da importância da manutenção dosrituais e da cultura de forma geral" (MINAS GERAIS, 2018, p. 19) e, para tanto, enfatiza a presença das disciplinas "Cultura Maxakali" e "Uso do Território Maxakali" em todas as fases do ensino fundamental, entretanto não verificou-se a presença do componente "Cultura Maxakali" na matriz dos anos finais.

Embora as matrizes do ensino fundamental estejam organizadas por componentes curriculares, no PPP encontra-se explicitado um discurso diverso, segundo o qual "na escola ensinamos de forma integral e interdisciplinar, na nossa prática nãodividimos os conhecimentos em disciplinas" (MINAS GERAIS, 2018, p. 21), constatação esta que revela a existência de lacunas entre o "dito" e o "prescrito".

CONSIDERAÇÕES

Aanálise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali revelou uma organização curricular pautada nas determinações legais superiores em conjunção com elementos específicos da população indígena atendida.

Embora o PPP não explicite, claramente, a concepção de cidadão que se pretende formar na referida unidade escolar, a análise de conteúdo

empreendida neste estudopermite-nos afirmar que o documento apresenta elementos que se aproximam de uma concepção de formação integral do estudante, os quais podem ser identificados nos saberes que compõem as áreas dos conhecimentos inseridas nas matrizes curriculares.

Nesse sentido, pode-se inferir que há indícios de que a organização curricular prevista no PPP da EEIISM pode favorecer à formação integral do estudante, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, desde que sejam respeitados os valores, crenças e hábitos da população atendida naquela unidade escolar.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5**, de 22 de junho de 2012.Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

GALIAN, C. V. A. Currículo e conhecimento escolar na perspectiva da educação integral. **Cadernos Cenpec** | Nova série, [S.l.], v. 6, n. 1, dez. 2016. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/347/344>. Acesso em: 24 jun. 2021.

GANZELI, P. Educação integral: direito público subjetivo. **Educação**: Teoria e Prática, v. 27, n. 56, p. 575-591, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/11954>. Acesso em: 16 jun. 2018.

GOULART, M. A. A intersetorialidade no contexto da educação integral. **Educação Integral**, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/projetossociais/Biblioteca/4_TV_Escola_Educacao_Integral.pd>. Acesso em: 08 jun. 2021.

LADEIRA, M. E. Desafios de uma política para a educação escolar indígena. **Revista de Estudos e Pesquisa**, Funai, Brasília, v. 1., n. 2, p. 141 – 155, dez. 2004.

MINAS GERAIS. **Produto / nº: 3**: Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Izabel da Silva Maxakali. 2018.

ONU. **Transformando Nosso Mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em:20 jun. 2021.

ZÓIA, A.; PERIPOLLI, O. J. Infância indígena e outras infâncias. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 9-24, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/12647/10473>. Acesso em 30 mai. 2021.